

Econ. - Brasil Itamar manda refazer “pacote”

17 NOV 1993

por José Casado
de São Paulo

O presidente Itamar Franco mandou refazer parte do conjunto de medidas econômicas que lhe foi apresentado pelo Ministério da Fazenda com o objetivo de estabilizar a taxa de inflação, reduzir os juros e equilibrar o orçamento de 1994 com um substancial aumento de receita.

A razão: a assessoria jurídica da Presidência da República identificou “problemas” jurídicos em aspectos básicos do “pacote”.

Alexandre Dupeyrat Martins, consultor da República, sugeriu ao presidente Itamar Franco, por exemplo, que vetasse a proposta da Fazenda de alterar a discriminação de receitas entre União, estados e municípios.

O argumento usado foi de que isso iria contrariar a forma federativa de Estado, um princípio constitucional considerado “cláusula pétrea”, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) se baseou, recentemente, para derrubar a decisão governamental de cobrar o Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF) nas operações dos estados e municípios. A decisão do Supremo, literalmente, enterrou o IPMF.

A proposta da Fazenda ao presidente da República era de que se alterasse a distribuição da receita entre União, estados e municípios através de medida provisória.

Mas o presidente da República quer um plano e não esconde isso de seu quarto ministro da Fazenda e nem mesmo de seus auxiliares no Palácio do Planalto. Tem demonstrado irritação com a constante elevação dos juros, em patamar mais elevado que o registrado em agosto passado.

Fernando Henrique Cardoso, decidido a aproveitar a oportunidade política da fragilização do Congresso diante da opinião pública, resolveu começar o plano com um novo orçamento — o segundo que ele faz em apenas seis meses de gestão para um mesmo exercício fiscal (1994).

No final da semana passada, recebeu de líderes congressistas sinais de que a renúncia do Congresso às 29 mil emendas já apresentadas não significará, porém, a renúncia total do Legislativo a exercer seu poder sobre a versão final do orçamento para o ano que vem — o ano da sucessão presidencial.

GAZETA MERCANTIL